

CURSO GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

9 e 10 de agosto de 2018

Blumenau/SC

OBJETIVOS

O curso enfocará a importância da gestão dos contratos e suas implicações jurídicas, bem como a responsabilidade dos gestores. Também será desenvolvido como os tribunais estão aplicando a legislação. Além disso, visa subsidiar o trabalho de gestores e fiscais de contratos nos procedimentos administrativos de rotina e na fiscalização dos mesmos, tanto na administração pública como na privada.

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos envolvidos com licitações, dirigentes, profissionais que elaboram propostas, assessores jurídicos e principalmente aqueles que participam das licitações e atuam como fiscais e gestores de contratos administrativos.

LOCAL

Auditório da AMMVI
Rua Alberto Stein, 466, Velha
Blumenau/SC

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00

I - CONTRATAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1 Processos de contratação

- Planejamento das compras governamentais
- Lei de responsabilidade fiscal – PPA, LDO E LOA
- Elaboração do plano de trabalho, PB/TR e edital
- Participação do gestor/fiscal como forma de melhorar a gestão do contrato
- Base legal do processo de contratação

1.2 Contrato

- Conceitos/regime jurídico/características/peculiaridades
- Prerrogativas da administração
- Cláusulas obrigatórias e acessórias

II – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

- As figuras do gestor e do fiscal
- Perfil do fiscal /gestor
- Pré-requisito do fiscal /gestor
- Responsabilidades atribuições e papel do fiscal
- Responsabilidade do gestor de contratos perante os órgãos de controle
- Fiscalização inicial do contrato
- A participação do fiscal no ateste da NF
- Fiscalização do contrato da administração - controles permanentes
- A terceirização na administração pública. - terceirização lícita e ilícita
- Relação entre a administração pública e prestadora de serviços;
- Responsabilidade da administração
- Documentos comprobatórios da regularidade fiscal
- Fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas

III – EXECUÇÃO / INEXECUÇÃO / RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- Noções gerais
- Execução do contrato
- Liquidação e pagamento da despesa
- Recebimento do objeto contratual - atestação
- Alterações contratuais
- Alteração unilateral/por acordo entre as partes
- Parâmetros para alterações do objeto
- Rompimento dos limites
- Formalização das alterações contratuais
- Reajuste, revisão e repactuação
- Inadimplemento e rescisão contratual
- Aplicação de sanções
- Extinção do contrato administrativo
- Das causas autorizadas da rescisão contratual
- Das modalidades de rescisão do contrato administrativo
- Do procedimento de rescisão
- Distinção entre rescisão e anulação dos contratos

IV. APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO

- Dever de sancionar
- Disciplina no edital e no contrato
- Delimitação das hipóteses de incidência e princípio da proporcionalidade
- Limite à atuação administrativa
- Aplicação de penalidade no curso do processo licitatório
- Condições atenuantes e agravantes
- Falha de fiscalização e aplicação de penalidades
- Reincidência / ausência de precedentes
- Condições de aplicabilidade da penalidade / competência para aplicar penalidades
- O processo administrativo sancionador
- As penalidades previstas na lei 8.666 e na lei 10.520

DOCENTE

Diego Bisi Almada. Advogado e professor universitário de Direito Empresarial. Graduado pela Faculdade de Direito da Alta Paulista. Pós-graduado pela Faculdade de Direito da Alta Paulista. MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-GV Law). Pós-graduado em Direito Tributário pela PUC-MG. Pós-graduando em Direito Corporativo e Compliance pela Escola Paulista de Direito. Palestrante e diretor da Almada Negócios Empresariais. Professor da Escola Superior de Advocacia da OAB do Estado de São Paulo; da Lex Editora S/A; da Cenofisco; da Unifenacon; do Sindicato de Contabilistas do Estado do Paraná; da Faculdade Legale; do Curso Preparatório para Concursos Maxi Educa; do Curso Preparatório para Concursos Públicos Projuris; da GP Cursos Jurídicos; do site PCI Concursos.

INSCRIÇÕES

Gratuitas e limitadas conforme o número de vagas por município.

Apiúna: 2 vagas.
Ascurra: 2 vagas.
Benedito Novo: 2 vagas.
Blumenau: 13 vagas.
Botuverá: 2 vagas.
Brusque: 7 vagas.
Doutor Pedrinho: 2 vagas.

Gaspar: 5 vagas.
Guabiruba: 3 vagas.
Indaial: 5 vagas.
Pomerode: 3 vagas.
Rio dos Cedros: 2 vagas.
Rodeio: 2 vagas.
Timbó: 4 vagas.

REALIZAÇÃO

Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI

APOIO

Municípios do Médio Vale do Itajaí